



GRUPOTRIBUNA


ATRIBUNA
 FUNDAÇÃO EM 26 DE MARÇO DE 1894

 M. Nascimento Jr. (1909-1959)
 Giusfredo Santini (1959-1990)
 Roberto Mário Santini (1990-2007)

MARCOS CLEMENTE SANTINI
 Diretor-Presidente

ROBERTO CLEMENTE SANTINI
 Diretor-Vice-Presidente

RENATA SANTINI CYPRIANO
 Diretora de Marketing

FLAVIA CLEMENTE SANTINI
 Diretora de Circulação

AIRTON VASCONCELOS
 Diretor Administrativo e Financeiro

ARMINDA AUGUSTO
 Editora-Chefe

DEMÉTRIO AMONO
 Diretor Comercial

Partidos em crise no Brasil

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registra a existência de 33 partidos políticos oficiais no Brasil. Trinta deles conseguiram eleger deputados federais nas últimas eleições, demonstrando a grande fragmentação atual. Emenda constitucional de 2017 buscou limitar esse número e criou exigências para que os partidos tenham acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo gratuito para propaganda no rádio e na TV. A partir deste ano, passou a vigorar a chamada cláusula de desempenho (ou barreira), que requer, para que as siglas tenham direito aos benefícios, que alcancem pelo menos 1,5% dos votos para a Câmara, distribuídos em nove estados e com mínimo de 1% dos votos em cada um deles, sendo que esses números irão crescer progressivamente até 2030.

Nove legendas não conseguiram atingir essa meta e estão, portanto, fora do fundo partidário e do horário gratuito no rádio e na TV. Isso não provocou, entretanto, mudanças no sistema – os partidos não desapareceram, nem se fundiram com outros, como esperado. Enquanto isso, prossegue sua crise de identidade: indefinidos ideologicamente, com poucas exceções, não são reconhecidos pelo eleitorado, que continua votando, especialmente para cargos legislativos, em pessoas e não nas siglas que os deveriam representar e congregar.

O recente episódio da votação da reforma da Previdência na Câmara evidenciou graves divergências em

várias bancadas. Muitos deputados contrariaram as recomendações e decisões de seus partidos, e votaram em desacordo com isso. Nesse cenário crescem outras formas de aglutinação e vários movimentos têm surgido com o objetivo de capacitar quadros, oferecendo cursos a candidatos e incentivando a renovação política.

Não surpreende, ainda, que o tema das candidaturas avulsas (candidatos que disputariam cargos sem estar filiados a partidos) ganhe apoio. É modelo adotado em vários países do mundo, mas não no Brasil, onde a Constituição exige a filiação partidária para que uma pessoa possa concorrer a cargo eletivo. Há um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) que busca garantir as candidaturas avulsas e o ministro Luís Roberto Barroso, em voto sobre a repercussão geral da matéria, afirmou que “todas as pesquisas e estatísticas demonstram o momento de baixa credibilidade dos partidos políticos e a dificuldade representativa da classe política, de uma maneira geral”.

É discutível que as candidaturas avulsas sejam a solução para o problema, mas é fora de dúvida que o atual sistema partidário precisa ser repensado, e isso deve partir do interior dos próprios partidos, de modo a aproximá-los dos eleitores. Manter um número excessivo de siglas, dissociadas da realidade e sem conexão com os interesses e preferências da população, é aprofundar a crise e colocar em risco a própria democracia.

Opinião

DO LEITOR

As cartas enviadas à *Tribuna do Leitor* devem conter nome, endereço, telefone e RG. O tamanho dos textos não pode ultrapassar 900 toques, incluindo os espaços. As cartas que não obedecerem esta orientação serão desconsideradas, bem como e-mails anexados.

E-MAIL
 leitor@atribuna.com.br

ATENDIMENTO AO LEITOR
 Telefone: (13) 99674-1390

REDAÇÃO
 Rua João Pessoa, 350, Santos, São Paulo.
 CEP 11013-002

Ligação seca entre Santos e Guarujá

Quando se fala em uma ligação seca entre dois municípios, Santos e Guarujá, entende-se que a decisão deve ser tomada pela população de ambas as cidades. O que se vê hoje, porém, é que parece que a tal ponte interessa somente a Santos, porque não se vê representantes de Guarujá trazendo para sua população o que, de fato, irão fazer. Na semana passada, houve uma audiência pública, no Teatro Coliseu, em Santos, onde, segundo *A Tribuna*, esteve um vereador de Guarujá, Fernando Martins dos Santos, o Peitola, o que, se não fosse o jornal, eu nunca teria sabido. Por que os “iluminados” que “querem porque querem” a ponte não entram em contato com os políticos de Guarujá e, assim como em Santos, sejam realizadas reuniões com os munícipes para saber as suas opiniões? No mês passado, em consulta médica com o prefeito, Valter Suman, sugeri a ele que sejam feitas audiências públicas também aqui em Guarujá, como uma que ocorreu há muitos anos. Será que o que os “iluminados” realmente querem é fazer uma maquete gigante para ficar como monumento histórico de Santos?

JOSEMILTON DE S. E SILVA - GUARUJÁ

Nepotismo

Querer indicar para um cargo de embaixador o próprio filho, que obviamente não tem a mínima con-

dição cultural e profissional para exercer tal função, apenas porque ele é muito cobijado e dá bastante status não é nepotismo descarado do presidente da República?

MARIA HELENA VASCONCELLOS - SANTOS

160 anos da Beneficência



Com sua história de 160 anos de amor à vida, a benemerita entidade da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos, que mantém dois hospitais, o Santo Antônio e o Santa Clara, está em festa, e agradecemos aos presidentes da diretoria, Ademir Pestana, e do conselho, Rivaldo Novaes Junior, e demais diretores, funcionários e equipe médica

pelos relevantes serviços prestados a toda a nossa comunidade.

CLÁUDIO MAGALHÃES - SANTOS

Sem critério

Do jeito como a Câmara Municipal anda legislando, ela vai cair no desrespeito e ficar no esquecimento como outras. A questão de não deixar os animais domésticos fazerem necessidades na rua, obrigando as pessoas a brincar de “amarelinha nas calçadas”, ou a do lixo reciclável doméstico ou dos prédios... Agora, há a lei que proíbe dar alimentos aos pombos: seria muito mais aceitável a proposta da vereadora Telma de Souza de fazer limpeza das áreas do cais e o controle dos ovos e ninhos, e a do vereador Benedito Furtado, que acha absurda a ideia de multar as pessoas que alimentam as aves, o que exigiria fiscalizar todos os lugares, sendo necessários exércitos para isso.

DE LOE GIANNOTTI RIBEIRO - SANTOS

Patinete atrapalhando a passagem

No estacionamento de uma farmácia na Avenida Epiácio Pessoa, quase esquina com a Rua Alexandre Martins, existe uma empresa de aluguel de patinete que está usando um espaço no estacionamento dessa farmácia, criando dificuldade para o motorista sair do respectivo carro. Não tenho nada contra o patinete, porém ele não pode cercar nossas passagens.

CESAR TAVARES DA CUNHA - SANTOS

Mais idosos

Com base em dados e projeções do IBGE, o especialista em envelhecimento Alexandre Kalache alerta para o crescimento rápido da quantidade de idosos no Brasil. A evolução é nítida: em 2011, 10% da população equivaliam a pessoas com mais de 60 anos; atualmente, esse número se elevou para 14% e deve atingir 20% por volta de 2030.

O aumento da expectativa de vida foi notável nas últimas décadas. Em 1980, ela era de 62,5 anos, e em 2016, atingiu 75,8 anos. Ou seja, a cada três anos do calendário a expectativa aumentou um ano. Considerando os beneficiários ativos do Regime Geral da Previdência Social, nota-se que, entre 2010 e 2017, houve crescimento expressivo em todas as faixas etárias a partir dos 60 anos. Enquanto aqueles abaixo dessa idade tiveram aumento de apenas 4,3%, os mais idosos cresceram de modo acentuado, com destaque para aqueles com 90 anos ou mais, que avançaram 49,2% no período, passando de 424.231 para 632.975 beneficiários.

O envelhecimento é notável avanço civilizatório, que reflete a evolução ocorrida, principalmente na área da saúde. Mas essa realidade cria problemas e desafios, que não têm sido contemplados. Especialistas apontam que o Brasil vem caminhando no sentido oposto ao ideal para nações com número significativo de idosos. As políticas de saúde são insuficientes e há sérias questões relativas ao mercado de trabalho (as pessoas vão viver e trabalhar cada

vez mais tempo), à Previdência e à educação financeira da população, que precisa se conscientizar sobre a importância de elevar suas poupanças para viver até 90 ou 100 anos de modo confortável.

Nos próximos 50 anos, a população de idosos no País será multiplicada por cinco, revelando que não é possível adiar decisões para dar conta da nova realidade demográfica. Em outros países do mundo, essa transição foi mais lenta, mas, aqui, ela já acontece e será acelerada de modo intenso. Na França, foram necessários 145 anos para que a proporção de idosos na população passasse de 10% para 20%; no Brasil, isso será alcançado em apenas 20 anos, entre 2011 e 2030.

Além de um sistema previdenciário eficiente e justo, o envelhecimento com qualidade de vida exige boa saúde e nível educacional elevado. As pessoas precisam ter formação adequada, capaz de permitir que trabalhem até idades mais avançadas, com renda suficiente para que realizem poupança capaz de garantir os últimos anos de suas vidas. Longevidade implica em mais cuidados com a saúde, e isso exige investimentos.

Novas questões se colocam. As pessoas mais velhas têm que continuar inseridas na sociedade, participando dela, de maneira ativa, e isso exige políticas públicas e privadas capazes de dar conta desse enorme desafio. A agenda social precisa ser priorizada e os idosos devem receber especial atenção.

TRIBUNA LIVRE

FÁBIO VITAL. Ambientalista, arquiteto e urbanista; foi vice-presidente do Subcomitê das Bacias Billings/Tamanduateí, do Conselho de Meio Ambiente de Santo André e do Conselho Municipal de Políticas Urbanas de Santo André

Natureza e o desenvolvimento

Nesses tempos de polarização exacerbada, economia estagnada, mudanças climáticas, acordos e desacordos mundiais, nos tornamos menos tolerantes e frequentemente induzidos a tomar posições extremas. Um falso dilema surge, gerando discussões acaloradas entre ambientalistas e desenvolvimentistas.

De um lado, a defesa do meio ambiente impediria o desenvolvimento econômico. De outro, projetos necessários para o crescimento do País trariam consequências para a natureza. Colocar esses dois pilares da vida civilizada como causas opostas e excludentes é erro que pode custar muito caro para a sociedade. Temos que buscar o futuro sem os vícios e práticas do passado.

A radicalização desse falso antagonismo aponta para situações em que o Brasil pode estar perdendo oportunidades. No outro polo estão aqueles que desprezam por completo a causa ambiental, enxergando a preservação como mero obstáculo. Nada mais equivocado.

Nesse cenário, vemos importantes leis de proteção ambiental sendo enfraquecidas. Do mesmo modo, novos projetos sustentáveis e que apresentam compensações não têm a devida atenção e são desprezados. É preciso enfrentar essa polarização e elevar o patamar de discussão, pois essa falsa dicotomia, por meio de posições extremadas, é inimiga de soluções e de



respostas necessárias. A sustentabilidade urbana requer que objetivos econômicos, sociais e ambientais sejam completamente integrados na construção das políticas públicas. Eles devem ser coordenados de forma democrática e participativa para assegurar o planejamento estratégico, tendo como eixo ser ambientalmente sustentável, ser social e politicamente inclusivo, ser produtivo e competitivo economicamente, provendo empregos, ter identidade cultural e introduzir uma maior transparência e responsabilidade nos processos de tomada de decisão.

Temos visto por décadas os municípios metropolitanos e caixa d'água do ABC serem ocupados e degradados sem que o planejamento e o controle público pudessem evitar. Um exemplo prático, que ilustra a possibilidade de desenvolvimento para a região e preservação ambiental, é o projeto de instalação de um centro logístico predominantemente ferroviário no município de Santo André, no caminho por onde sobem e descem as cargas do Porto de Santos.

Atualmente, somente 15% das cargas no País são transportadas por trilhos, enquanto a maioria chega aos seus destinos por meio de caminhões nas já saturadas rodovias. O centro atende a uma demanda nacional pela ampliação e valorização do transporte ferroviário de cargas, modal mais seguro, econômico e menos poluente do que os caminhões.

O projeto, segundo o empreendedor, foi desenhado a partir das características ambientais da região e sua primeira etapa prevê a criação de reservas florestais, com monitoramento permanente da fauna e da flora e a proteção de todas as nascentes.

Em etapa posterior, será construída a estrutura para implantação do centro, que ocupará menos de 7% da área total. Ou seja, para cada hectare utilizado, quatro terão a garantia de preservação, evitando a degradação da mata. Esse exemplo merece novo patamar de debates e considerações.

O desenvolvimento e o meio ambiente pedem um ponto de equilíbrio para que avancem juntos em projetos sustentáveis. Nós, ambientalistas e defensores do desenvolvimento, devemos trilhar o caminho da sustentabilidade para preservar as matas, florestas e rios de que tanto precisamos, além de resgatar nossa imensa massa de desempregados.